

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Vértice, revista de cultura e arte, Coimbra, 1942-

Com publicação ininterrupta entre 1942 e 1986 (a nova série só foi retomada dois anos depois, prolongando-se até ao presente), a *Vértice* ocupou um lugar de relevo na cultura portuguesa do século XX. Para além da longevidade assinável para uma revista com as suas características, talvez só comparável neste aspecto à *Seara Nova*, essa relevância justifica-se também por se ter afirmado como um dos principais espaços de resistência cultural ao Estado Novo, onde se desenvolveram trajectos, por vezes diversos e conflituosos, que exprimiram sobretudo mundividências de inspiração marxista e de um geral ímpeto renovador no campo cultural. A sua importância reside ainda nos diferentes domínios do saber que contemplou nas suas páginas: literatura, crítica cinematográfica e teatral, artes plásticas, música, economia, história, entre outros assuntos glosados por alguns dos mais destacados intelectuais da época.

Os primeiros anos da revista coimbrã não deixavam antever a longevidade e importância que veio a ter. Entre 1942 e 1944 foram apenas publicados três números num contexto de extremas dificuldades financeiras e de indefinição face ao futuro imediato da publicação. E se é verdade que essas dificuldades se mantiveram ao longo da sua existência, a partir de 1945 a *Vértice* seguiu um novo rumo. Tinha entretanto sido adquirida por um conjunto de jovens intelectuais ligados ao neo-realismo (Arquimedes Silva Santos, Carlos de Oliveira, João José Cochofel, Rui Feijó e Joaquim Namorado) que lhe imprimiram uma nova vitalidade, desde logo evidente nos primeiros editoriais que definiam as novas directrizes. Após a suspensão de várias revistas culturais com significativa presença do ideário marxista no início dos anos quarenta, a iniciativa deste grupo dava resposta às preocupações do sector intelectual do PCP de Coimbra que notava a ausência de uma tribuna onde pudessem transmitir as suas ideias (Luís Andrade, *Intelectuais, Utopia e Comunismo*, 2010, pp. 160-1).

Com o final da II Guerra Mundial, a *Vértice* assumiu um projecto de renovação cultural que pretendia contribuir para a identificação, estudo e transformação dos problemas concretos do país e do seu povo. Daí que, mais do que revista de arte e cultura, a *Vértice* pretendeu afirmar-se como revista de “cultura útil”, na qual a teoria se deveria aliar à prática e o estudo à acção. Era com este intuito que intelectuais de “espírito progressivo” deveriam contribuir nas páginas da revista. Encontra-se, desde logo, uma tentativa de demarcação face a outros entendimentos de cultura, nomeadamente de uma cultura estritamente livresca, de “comodismo de gabinete”, de uma cultura de abstracção e alheamento perante os problemas sociais (n.^{os}



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

17-21, Nov. 1945, 69-71).

Logo num dos primeiros editoriais da “nova” *Vértice*, a história foi evocada com o intuito de fundamentar e legitimar este projecto cultural. Veiculava-se aí a imagem de um passado nacional fracturado por uma contradição fundamental entre o Portugal “progressista” e o “obscurantista”. A estas duas tradições não estavam apenas associadas determinadas personalidades da história portuguesa mas também diferentes tempos históricos. Readaptava-se a teoria da decadência esboçada já no século XIX, segundo a qual, após o tempo áureo dos Descobrimentos, Portugal tinha entrado num longo período de obscurantismo a partir da segunda metade do século XVI, só contrariado pela recuperação na “fase heroica do liberalismo”. Ainda no século XIX, tinha-se instalado um novo ciclo de “estagnação”, que nem a República conseguira alterar (n.ºs 30-35, Mai. 1946, 81-85).

Através de uma história de intuítos pedagógicos e cívicos, a *Vértice* assumia essa missão de recuperação da “gloriosa tradição” progressista, tal como reiterava alguns anos depois Piteira Santos: “nós, que descobrimos a pátria na sua autenticidade histórica e popular, temos o dever de ressuscitar as nobres e progressivas tradições da grei” (n.ºs 56-57, Abr. – Mai. 1948, 372). Tal como no presente então vivido, o passado nacional era apresentado como resultado de uma escolha que era preciso fazer entre o progresso e o obscurantismo. A propósito do centenário do 1848 em França, Borges de Macedo reflectia precisamente sobre a construção da memória histórica, reconhecendo que “é na atmosfera de um certo «presente» que se escolhe um certo «passado» para comemorar” (n.ºs 56-57, Abr. – Mai. 1948, 326-7). Num tempo em que o comemorativismo histórico era utilizado a favor da celebração do próprio regime, vai-se desenhando na imprensa oposicionista uma resposta a essa memória histórica hegemónica. Ainda nas palavras de Borges de Macedo, “não há uma só tradição, o passado não é igual para todos, como o não é o presente”.

Ao longo das páginas da *Vértice* foram vários os artigos que exprimiram esse uso pedagógico e cívico da história, no qual os elementos “progressivos” e “populares” da história nacional se articulavam. Apesar da recorrente crítica ao papel que era atribuído aos “grandes homens” na história, estes não deixaram de ser apresentados como exemplos ou personificações das aspirações colectivas do povo português. Luís de Albuquerque, então muito interessado na história do ensino, dedicou, em 1947, dois artigos a Verney e José Anastácio da Cunha, exemplos de resistência cultural e de espírito progressivo num Portugal dominado pelo conservadorismo e pelas ideias retrógradas nas suas instituições de ensino. Com a evocação de grandes figuras da cultura portuguesa do passado, muitas das vezes em contextos comemorativos, pretendia-se legitimar retrospectivamente a imagem do intelectual interventivo e progressivo, dedicado à resolução dos problemas do povo português. Essa imagem heroica do intelectual é-nos também dada, por exemplo, num artigo que Armando Bacelar, sob o pseudónimo de Inês Gouveia, dedicou a Leonor da Fonseca Pimentel. Nascida em Roma mas sem nunca perder “o interesse pelas coisas da sua pátria de origem”, tinha frequentado a corte de Nápoles e fora uma acérrima defensora da necessidade de apostar na educação popular. Apanhada na conturbada situação política desse reino no final do século XVIII, fora condenada à força por traição à monarquia borbónica. Antes de morrer, “a sua última saudação foi para o povo” (n.º 141,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Jun. 1955, 348-52).

Não obstante, nem por isso era concedida às grandes personalidades culturais do passado especial relevância no destino histórico nacional. Esse papel foi muitas vezes destinado ao povo enquanto herói colectivo. Difunde-se em vários artigos a ideia de que “nas grandes crises da nacionalidade foi sempre o povo quem manifestou maior consciência nacional” (n.ºs 22-26, Fev. 1946, 1). A nação e a sua independência eram apresentadas como obra do povo português, ao mesmo tempo que à nobreza e ao clero era frequentemente apontada a traição da consciência e independência nacionais em prol dos seus próprios interesses de classe, ideia perfilhada por Fernando Pinto Loureiro, Rui Feijó, Joaquim Namorado, entre outros. Entende-se, assim, a escolha de certos momentos-chave da história de Portugal (1383-85, 1640, invasões napoleónicas, entre outros) onde a resistência do povo, a libertação da dominação estrangeira e a traição das classes privilegiadas se afiguravam como centrais na narrativa nacionalista e popular que pretendiam difundir.

Esta concepção de herói colectivo representa, mais do que uma ruptura, a persistência de uma ideia voluntarista do devir histórico. Mário Braga adoptou-a para compreender a razão dos diferentes desfechos em 1383 e 1580. Essa diferença não estava na ideia de nacionalidade, no papel da nobreza, em causas económicas, nem tão-pouco na diferente relação de forças militares nessas duas datas: “apenas uma análise da actuação do povo, num e noutro dos momentos, nos habilitará a formular uma resposta” (n.º 80, Abr. 1950, 197-205).

Noutro sentido, o projecto cultural da *Vértice* contribuiu para a afirmação de concepções de história que se assumiram como científicas e que se associavam às ideias de rigor, verdade e objectividade no estudo do passado. Fruto da influência das ideias marxistas e dos *Annales*, a contingência e a iniciativa humana tenderam a ser relativizadas ou, numa perspectiva mais determinista, suprimidas nas interpretações historiográficas. Foi o caso de António José Saraiva que, numa crítica ao idealismo de António Sérgio, punha definitivamente em causa qualquer ideia voluntarista no estudo do passado: “O sujeito determina-se na medida em que conhecemos o objecto. Tudo se reduz portanto a conhecer o objecto”. A ênfase no cariz materialista do devir histórico pretendia aproximar a história dos métodos e objectivos científicos: desde que se retirasse da construção historiográfica a “nossa consciência subjectiva”, poder-se-ia atribuir ao homem “um comportamento previsível, redutível à estatística”. (n.º 81, Mai. 1950, 279-288).

Noutro artigo, significativamente intitulado “Determinismo e história”, António José Saraiva aprofundava essa ideia ao afirmar que “explicar os fenómenos sociais, introduzir neles o pressuposto da previsibilidade, é afinal reduzi-la às leis do determinismo da matéria”. Nesse sentido, o conhecimento histórico não possibilitava apenas a identificação diacrónica dos problemas estruturais das sociedades mas igualmente a sua transformação futura, mediante a capacidade dos historiadores desvendarem as “leis” que condicionavam a acção humana, constituindo, por isso, “um instrumento de aceleração do progresso” (n.ºs 99-101, Nov.-Jan. 1951-2, 572-3). Neste quadro teórico, adoptado de forma mais ou menos ortodoxa consoante os historiadores, o conceito de “leis históricas” teve um papel estruturante na interpretação



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

historiográfica, destacando-se o seu uso nas páginas da *Vértice* por vários historiadores.

Nem todos assumiram ortodoxamente o monismo económico da história divulgado pelas teses de inspiração marxista-leninista. Piteira Santos, por exemplo, afirmava que “as ideias dos homens são também uma força”, questionando ironicamente se “será necessário que um *materialista estreito* venha lembrar à grei, discretissimamente, esse valor concreto das ideias” (n.º 55, Mar. 1948, 237). Também Borges de Macedo pôs em causa a necessidade de “expurgar” os preconceitos ideológicos de uma historiografia “idealista”. É que se a história era uma ciência, também era testemunho, na medida em que o historiador transportava para a historiografia a sua condição presente, os seus problemas e o ambiente do seu tempo. Embora esta ideia fosse comumente aceite, Borges de Macedo não considerava que essa presença do historiador fosse um obstáculo à obtenção da “verdade histórica”. Para além da psicologia histórica que agiria como “elemento corrector”, a verdade era antes o resultado das “parcialidades objectivas” e da acumulação de interpretações historiográficas que dão uma ideia mais ampla da experiência humana (n.º 123, Nov.-Dez. 1953, 655-7).

Estas diversas reflexões teóricas não foram o único meio para afirmar o valor científico da história, podendo-se também destacar a importância das recensões críticas na *Vértice*. Estas assumiam-se muitas vezes como instrumento de aproximação da teoria à prática historiográfica, como exercício ordenador do discurso. Esse intuito esteve presente em duas recensões que António José Saraiva fez a livros do seu amigo Óscar Lopes, ao lamentar uma certa propensão para a interpretação psicológica que “destoava” da perspectiva sociológica, dando assim um “ecletismo incongruente” a um desses livros (n.º 48, Jul. 1947, 235). Noutro sentido, na análise que Augusto da Costa Dias fez à *Inquisição Portuguesa* de António José Saraiva, enaltecia-se essa total conformidade entre a teoria e a prática, a ponto de se afirmar que o conhecimento exacto das “leis do desenvolvimento social” conferia um carácter definitivo a essa história que posteriores aprofundamentos “mais não fará que confirmá-la e enriquece-la em pormenor” (n.º 151, Abr. 1956, 169-73).

As recensões foram igualmente um instrumento de demarcação relativamente a outras formas de escrever história, nomeadamente da história erudita – um “bom arquivo de factos”, como Alberto Ferreira caracterizava uma obra do pe. Mário Martins (n.º 172, Jan. 1958, 64) – ou dos “amadores de Clio” que não cumpriam uma série de requisitos prévios que caracterizavam a “profissão de historiador”, como lamentava Joel Serrão numa dessas recensões (n.º 95, Jul. 1951, 383-4). Dessa demarcação resultava a criação de uma noção, mais ou menos precisa, de identidade historiográfica, de uma “comunidade científica” de historiadores. De facto, muitas das recensões críticas na *Vértice* foram realizadas sobre obras de outros colaboradores. Numa recensão de Armando Castro à *Situação Económica no Tempo de Pombal* de Borges de Macedo – obra também analisada na *Vértice* por Joel Serrão – é-nos transmitida a ideia de “uma escassa meia dúzia de autores” que, “sem o apoio de academias ou universidades”, ia trabalhando no sentido de reduzir o abismo que separava as realizações concretas do “reconhecimento da verdadeira orientação científica” (n.º 107, Jul. 1952, 378). Essa construção identitária seria aprofundada três anos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

depois numa conferência que Magalhães Godinho proferiu em São Paulo (*Ensaio*, vol. III, 241-2) e à qual Rui Feijó deu destaque na *Vértice* no âmbito de uma série de resenhas sobre a *Revista de História* de São Paulo e os *Annales* (n.º 86, Out. 1950, 263-4). Como tem sido salientado, existia uma estreita afinidade, em vários colaboradores da *Vértice*, entre as ideias marxistas e dos *Annales*, mas existia também algum distanciamento, como Armando de Castro (n.º 220, Jan. 1962, 59-62) e Vital Moreira faziam notar em relação a “certa tendência [nos *Annales*] para tratar os preços como variável independente com lógica própria” (n.ºs 334-5, Nov.-Dez. 1971, 912).

Ao contrário do que se passava na *Seara Nova*, foram muito poucas as polémicas que versaram sobre problemas de história na *Vértice*. Ainda assim, destaque-se a que ocorreu no início dos anos 50 entre Joel Serrão e Piteira Santos a propósito de Antero de Quental, dando, aliás, continuidade às polémicas iniciadas na *Seara* e que envolveram diversos colaboradores. De certa forma, esta polémica entre Piteira Santos e Joel Serrão opunha as duas concepções históricas acima referidas, uma com intuítos mais cívicos e pedagógicos e outra de orientação científica.

No que respeita ao problema central aí levantado, a divergência encontrava-se latente desde 1947, muito embora se tivesse o cuidado de não referir especificamente os nomes que sustentavam as diferentes opiniões. Essa cautela deixa de fazer sentido alguns anos depois, já num contexto de aberta polémica entre colaboradores da *Vértice*, nomeadamente aquela que opôs sobretudo João José Cochofel e António José Saraiva na primeira metade da década de 50, conhecida como a polémica interna do neo-realismo.

Em 1947, alguns artigos vinham denunciando o espírito retórico que se encontrava presente nos jovens intelectuais progressistas. Rui Feijó, apoiando as ideias de um artigo publicado na *Seara Nova* por Rui Grácio, criticava essa “retórica do concreto”, que repetia “a necessidade do estudo concreto, mas só falando dele como necessidade sem, *concretamente*, lhe darem realização” (n.º 43, Jan. 1947, 230). No mesmo sentido, alguns meses depois, também Joel Serrão manifestava a mesma preocupação quando questionava: “vamos, de facto, estudar os nossos problemas? Ou julgaremos, antes, que a realidade nacional se transformará ao toque mágico da varinha de condão da nossa boa ou má retórica?” (n.º 50, Set. 1947, 353-5). Na resposta a estas posições, num artigo intitulado precisamente “A retórica do concreto e outras retóricas”, Piteira Santos valorizava “a atitude como atitude”, ou seja, mesmo que as ideias não se concretizassem num conhecimento mais profundo e numa reforma efectiva da sociedade, nem por isso deixavam de ser reais e consequentes: “as ideias dos homens ganham homens para as ideias” (n.º 55, Março 1948, 236-7).

Esta divergência ganha uma dimensão historiográfica na polémica de 1951-1952. Num artigo publicado na *Seara Nova* (n.ºs 1226-7) sobre “a compreensão de Antero”, Joel Serrão dava continuidade ao seu projecto de investigação sobre o oitocentismo português, muito marcado pela história das mentalidades dos *Annales*, que defendiam, sobretudo Lucien Febvre, a necessidade de encarar determinada época como uma totalidade em si mesma, possuidora de uma mentalidade própria, diferente da do tempo presente. Joel Serrão pretendia aplicar esse princípio ao estudo da época contemporânea portuguesa, precavendo com



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

frequência os seus leitores dos perigos do anacronismo, especialmente sobre uma época tão próxima do presente. Alertava para o risco de se considerar Antero “nosso contemporâneo”, menosprezando-se todo o estudo cientificamente conduzido da mentalidade do homem de oitocentos, diferente, sob diversos aspectos, da mentalidade dos homens de 1950. Embora sem o referir, Joel Serrão visava algumas interpretações feitas por Piteira Santos e Manuel Mendes precisamente sobre Antero. Na sua mordaz resposta, Piteira Santos rejeitava qualquer acusação de anacronismo na sua interpretação, pois “a noção de seriedade, a noção de coerência, a noção de honra, não eram sensivelmente diferentes das do nosso tempo. E já então era costume, e dever, honrar os compromissos políticos” (n.º 98, Out. 1951, 516). Pretendia, “sem violentarmos a História-ciência”, demarcar-se da perspectiva “cientificamente conduzida” de Joel Serrão. Ao invés, era o exemplo e a validade actual de Antero que lhe interessava, acusando Joel Serrão de não ter compreendido “o verdadeiro sentido do debate em que, *por mero dever cívico*, andamos empenhados”. Esse dever cívico passava pela afirmação do modelo de intelectual interventivo, como a seguinte condenação do exemplo de duas das proeminentes figuras da cultura portuguesa do século XIX deixa transparecer: “nem azeiteiros em Vale de Lobos, nem suicidas numa ilha de bruma: nem fugitivos nem derrotados; as cousas e os homens desta terra lusitana merecem mais alguma coisa”. Piteira Santos recuperava aqui uma ideia de Raul Proença que, recorrendo às mesmas imagens, notava a ausência entre nós de um “herói”, de “um grande mestre de acção moral” (cit. por Joel Serrão, “Aproximação do pensamento de Raul Proença”, 1971, 26).

De qualquer forma, esta separação entre as vertentes cívica e científica não deve ser sobrevalorizada. Nas páginas da *Vértice*, Piteira Santos também associava ao seu tempo a emergência da história-ciência, superando a história artística e ética do passado (n.º 50, Set. 1947, 356-66). Já nos anos 90, em resposta a um artigo no qual Borges de Macedo criticava a historiografia marxista (*Jornal de Letras*, 9 e 12 Jun. 1992) punha sobretudo em relevo, sem negar o comprometimento ideológico, a tarefa de “construir uma história de rigor científico” (*JL*, n.º. 524, 21-27 Jun. 1992, 6-7). Também Joel Serrão insistentemente viria a lembrar a condição cívica do historiador, a sua irreduzível condição de homens do tempo presente (“Brevíssima reflexão preambular sobre historiografia...”, 1982, 9-23). Unia-os também uma mesma experiência do tempo, de cariz prospectivo, e no qual o presente e futuro se assumiam com centrais na construção histórica. Daí que ambos se tenham também distanciado de um eruditismo sem interpretação nem problematização que o ligasse ao presente, bem como de um revisionismo que lhes parecia a restauração do passado no presente.

Esta polémica enquadra-se, como se referiu, num período de graves polémicas e cisões entre alguns colaboradores da *Vértice*. Ao longo das décadas de 50 e 60, alguns dos mais destacados colaboradores da revista suspendem ou diminuem significativamente a sua presença, muitas vezes em ruptura político-partidária com o ideário marxista-leninista. Entre os historiadores, destacam-se os casos de Borges de Macedo (abandona a sua colaboração em 1955), Joel Serrão e Piteira Santos (ambos em 1957, só regressando esporadicamente muitos anos depois) e António José Saraiva (em 1965). Ainda assim, outros



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

mantiveram a sua colaboração, mais ou menos frequente, casos de Armando Castro, Óscar Lopes e Luís de Albuquerque. A colaboração deste último deve ser realçada pela dedicação à *Vértice*, publicando aí várias dezenas de artigos, não só sobre história da educação e dos Descobrimentos mas também sobre outros assuntos onde mostrava a amplitude dos seus interesses científicos, culturais e cívicos. Entre 1948 e 1953, desempenhou o cargo de secretário de redacção da revista, contribuindo, sob diversos pseudónimos, para o funcionamento regular da publicação.

A saída dos historiadores acima referidos foi sendo colmatada com a entrada de novos colaboradores. Esta mudança saldou-se numa maior atenção à história portuguesa do século XIX, sobretudo através dos artigos publicados por Flausino Torres e Victor de Sá. Dando continuidade ao interesse pelo oitocentismo português que vinha dos anos 40, começava-se a constituir um conjunto relevante de estudiosos que, segundo Flausino Torres, deveriam reunir-se para a constituição de uma indispensável grande obra colectiva sobre o período contemporâneo português (n.º 209, Fev. 1961, 110). Este interesse renovado pela história contemporânea ocorria num contexto de alterações significativas na sociedade portuguesa, facto que não era omitido por Victor de Sá que o via à luz do “imperativo derivado da crise de consciência cívica de que estamos a dar-nos conta” (n.ºs 234-6, Mar.-Mai. 1963, 238). Importava, por isso, o conhecimento da estrutura social na qual os intelectuais comunistas pretendiam intervir (José Neves, *Comunismo e Nacionalismo...*, 2010, 329).

Em conclusão, deve-se destacar a importância historiográfica da *Vértice* num contexto em que os historiadores ligados à oposição ao Estado Novo se encontraram, por regra, afastados das instituições estatais de ensino e investigação. A par de outras revistas e projectos editoriais, a *Vértice* constituiu-se como um dos espaços privilegiados para a apresentação das ideias e trabalhos de muitos desses historiadores que contribuíram para o aparecimento e consolidação de novas propostas teóricas, metodológicas e conceptuais, muitas delas posteriormente rejeitadas, por vezes pelos próprios. Ainda assim, não deixa de ser significativo que muitos dos historiadores que colaboraram na *Vértice* viessem a assumir, sobretudo a seguir ao 25 de Abril, lugares de docência no ensino superior da história – casos de Joel Serrão, António José Saraiva, Borges de Macedo, Luís de Albuquerque, Victor de Sá, João Medina, António Hespanha, entre outros.

De realçar também que a análise dos textos de história na *Vértice* permite questionar o uso, por vezes acríptico ou não explicitado, da categoria analítica “historiografia marxista”. Se é verdade que existem algumas ideias comuns que conferem pertinência ao seu uso, ele não se pode fundamentar apenas na perfilhação político-partidária dos historiadores visados nem tão-pouco nesse conjunto de ideias gerais que adoptavam. Do ponto de vista historiográfico, podem-se assinalar diferenças quanto à interpretação de certos momentos-chave da história de Portugal e também das concepções e usos da história, como se viu. E se as polémicas e debates historiográficos não foram um meio privilegiado para discutir essas diferenças, elas não deixaram de estar presentes, por vezes de forma implícita. Tal como pode ser constatado no debate sobre diferentes concepções artísticas dos intelectuais que se opuseram ao Estado Novo, também

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

na historiografia não houve uma unanimidade teórica e interpretativa.

Bibliografia passiva: ANDRADE, Carlos Santarém, *Vértice, Índice de Autores: 1942-1986*, Coimbra, Vértice, 1987; ANDRADE, Luís, *Intelectuais, Utopia e Comunismo. A inscrição do marxismo na cultura portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010; GODINHO, Vitorino Magalhães, “A historiografia portuguesa do século XX – orientações, problemas, perspectivas” (1955), *Ensaios*, vol. III, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1971, 229-47; HESPANHA, António Manuel, “A história na cultura portuguesa contemporânea”, in Fernando Peres (coord.), *Panorama da Cultura Portuguesa no Século XX*, vol. 1, Porto, Edições Afrontamento / Fundação de Serralves, 2002, pp. 327-50; MADEIRA, João, *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os intelectuais*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996, pp. 277-305; IDEM, “Os novos remexedores da história”, in David Santos (coord.), *Batalha pelo Conteúdo. Exposição documental. Movimento neo-realista português*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira / Museu do Neo-Realismo, 2007, pp. 304-331; MAURÍCIO, Carlos, “História. – Da consolidação da história metódica à lenta renovação do pós-guerra”, in António Barreto e Maria Filomena Mónica (coords.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. VIII, [s.l.], Livraria Figueirinhas, 1999, pp. 172-177; NEVES, José, *Comunismo e Nacionalismo em Portugal (política, cultura e história no século XX)*, Lisboa, Tinta-da-China, 2010, pp. 303-58; PINA, Ana Maria, *A Quimera do Ouro. Os intelectuais portugueses e o Liberalismo*, Oeiras, Celta Editores, 2003; PIRES, Daniel, “Vértice”, in *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, vol. II, 2º. tomo, Lisboa, Grifo, 2000, pp. 593-632; RAMOND, Viviane, *A Revista Vértice e o Neo-Realismo Português*, Coimbra, Angelus Novus, 2008; SERRÃO, “Brevíssima reflexão preambular sobre historiografia, ideologia e tempo”, in *A Emigração Portuguesa. Sondagem histórica*, 4ª. ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1982 [1ª. ed., 1972], pp. 9-23.

José de Sousa



APOIOS:

